

OLHARES OBLÍQUOS DA MÍDIA IMPRESSA: A QUESTÃO DA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Arnaldo CORTINA¹

Maria Auxiliadora BRITO-SILVA²

■ **RESUMO:** Este artigo resulta de um trabalho mais amplo de pesquisa que examina a produção do sentido sobre a temática da terra em dois jornais da região do Pontal do Paranapanema, ao longo de 2002. Tomando por base os pressupostos teóricos da semiótica francesa, inicialmente discutem-se os mecanismos constitutivos da linguagem jornalística e, num segundo momento, apresenta-se a análise de uma primeira página do jornal *O Imparcial*, de 30 de março de 2002.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Discurso. Enunciação. Ideologia. Objetividade. Sentido. Subjetividade.

O que pedem os fatos ao olhar do leitor de um jornal diário? Que desvele os meios invisíveis pelos quais eles são visíveis a seus olhos? Que mostre como eles se entrecem para construir uma suposta “realidade”?

Partindo da hipótese de que a enunciação é o “conceito-chave para a explicação do discurso e de suas relações com as condições sócio-históricas de produção e recepção” (BARROS, 1988, p.142), tencionamos examinar neste artigo a visão da mídia impressa de uma região do Estado de São Paulo sobre a temática da terra, com base no aparato conceitual e metodológico da semiótica de linha francesa. Além disso, na esteira do

¹ Departamento de Linguística – Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus de Araraquara – CEP: 14801-450, Araraquara, SP, Brasil. E-mail: cortina@fclar.unesp.br.

² Curso de Comunicação Social – Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP, Ribeirão Preto, SP, Brasil. E-mail: dorabs@hotmail.com.

estudo de Discini (2003) sobre estilo nos textos jornalísticos, ao tratar do *ethos* na imprensa séria e na sensacionalista e ao examinarmos uma primeira página do jornal *O Imparcial*, na segunda parte deste artigo, estaremos, de certo modo, examinando o *ethos* desse jornal, a imagem de seus enunciadores (BRITO-SILVA, 2006).

Produção de sentido no jornal: considerações sobre a linguagem jornalística.

Objeto da construção jornalística, o discurso da/sobre a *terra* resulta de um certo número de operações implicadas no jogo da escritura dos acontecimentos, que envolve procedimentos que obedecem a sucessivas reescrituras. É um objeto semiótico que, para além dos fatos, tem também a realidade própria do veículo, que deve ser levada em conta em toda leitura. Segundo Mouillaud (1997, p.25), a disposição das notícias é feita “ao custo de uma série de operações que afetam formas e conteúdos. Um conjunto de marcas faz da página do jornal diário não apenas um texto, mas uma ‘área espacial’”.

As afirmações de Mouillaud (1997) levam-nos a ver que a complexidade da trama do sentido põe-nos diante da necessidade de tratar o que poderíamos chamar de *morfologia* dos jornais para descrever a materialidade dos dois veículos em questão: papel, formato, diagramação etc. Como uma entidade técnica, essa materialidade não pode ser pensada como um mero “dispositivo”, estranho ao sentido, mas constitutivo dele, já que todo discurso jornalístico não está solto no espaço, mas envolvido nos dispositivos próprios do veículo. Seria bastante redutor propormos uma leitura dos jornais a partir da dicotomia “dispositivo” e “conteúdo” como se se tratasse de dois planos: um externo (suporte/embalagem: formato, diagramação etc.) e outro interno (idéias/conteúdo). Estamos considerando o dispositivo como uma forma, que é sua especificidade, em particular, um modo de estruturação do espaço e do tempo. Não se trata de um “suporte”, mas de uma matriz que impõe formas.

Organizados os temas e os subtemas, selecionamos os textos para o *corpus*, observando a modalidade do gênero, tendo em vista a classificação adotada pelos jornais diários da mídia impressa: editorial, charge, artigo, reportagem etc. Essa divisão já faz parte da construção do jornal, que tem espaço reservado para todos esses gêneros. Geralmente obedecendo à polêmica divisão entre os conceitos de texto de informação e texto de

opinião, as páginas estruturam-se para acolher o objeto textual. Ali, em cada página, disponíveis, costumeiros como em todo jornal diário, dá-se o contato com os fatos, a excitar o olhar do leitor. No objeto semiótico, saltam os fatos, a espalhar significados, construindo a materialidade jornalística, contaminados a cada ato verbal.

Em relação à notícia, os fatos sobre a temática da *terra* singularizam-se para serem desvelados pelo leitor assíduo e fiel, que a lê sem se preocupar em lhe haver atribuído julgamento e, desse modo, entra em relação com a significação do tema. Pelos fatos, aceita discordâncias, concorda com pontos de vista de que pode divergir. Segundo Bertrand (2003, p.405), “na definição estrutura da figuratividade, o termo ‘correspondência’ traz certas dificuldades”. Acaba naturalizando a idéia de que cada jornal estabelece “um vínculo de representação unívoca, mecânica e necessária entre formas fixas, mas deve-se considerar que a correspondência se faz “pelo crivo cultural” que torna possível a “legibilidade figurativa”. Aliás, a ninguém surpreende prestar atenção na relação entre coisas, pessoas ou fatos construídos pela linguagem jornalística. No entanto, sob o figurativo, subjaz o contrato fiduciário de confiança e crença entre os parceiros da comunicação de que o olhar que capta a suposta realidade factual não é a de um sujeito, mas de uma organização, capaz de pensar e dispor o ocorrido, viabilizando o que deve ser posto em circulação para ser conhecido. Ali, onde a visibilidade da linguagem põe a ver os fatos, é também o espaço de atuação dos sujeitos na sociedade.

A notícia é um texto, uma elaboração discursiva que fala de fatos. De acordo com o senso comum, a notícia objetiva é aquela que está em conformidade com o acontecimento, o fato de que trata. No entanto, não se pode perder de vista, conseqüentemente, que, sendo texto/discurso, não é o próprio fato.

Sem dúvida que o alto grau de elaboração dos textos jornalísticos remete seu leitor a uma concepção de verdade indiscutível. Voltamos a insistir, no entanto, que, considerando qualquer gênero textual, o que nos interessa é tão somente a realidade de palavras. Assim, o caminho a ser percorrido é o da interpretação. Na medida em que o sentido pressupõe um destino interpretativo, a questão é trazer para o seu centro aquele que pratica essa ação: o sujeito.

Para legitimarem sua mercadoria como confiável perante os consumidores, as empresas jornalísticas inauguram um novo modelo de

notícia pautado numa suposta imparcialidade e num pretensão equilíbrio. A primeira atribuiria ao produto jornalístico a idéia de isenção e de esforço, sem que se tome partido; o segundo insinuar a intenção de promover o pluralismo e a integração de interesses. Impulsionadas pelo Positivismo, que marcou aquele período, e inspiradas no estilo funcional das agências de notícias, bem como no realismo fotográfico, ambas as noções evoluem, nos anos 20 e 30, para o conceito de objetividade. Além do culto aos fatos, o jornalismo deveria assumir a tarefa de reproduzir fielmente a realidade, por meio do testemunho desapassionado, sem preconceitos e livre de sentimentalismos. Para isso, seria ressaltada a dicotomia maniqueísta entre objetividade e subjetividade, ao mesmo tempo em que concepções como rigor, exatidão e honestidade passariam a ser evocadas e, em tese, incorporadas ao trabalho cotidiano de fabricar notícias.

A adoção do conceito de objetividade evidencia um novo estatuto para o jornalismo, no qual ele reivindica para si a condição de mediador, atuando como intermediário fidedigno entre os fatos reais e o público, e também a função de quarto poder, em que assume a responsabilidade e o dever de agir em defesa da emergente opinião pública. Segundo Baudrillard (1972), a idéia da objetividade como parâmetro para a prática jornalística ampara-se em pelo menos três frágeis formulações. A de que os jornalistas e os veículos de comunicação seriam observadores independentes; a de que a verdade dependeria da neutralidade do jornalista; e, a última, a de que o meio, quando utilizado corretamente, seria neutro. Apesar disso, o ideal da objetividade não deve ser visto apenas como uma autêntica confissão de fé na realidade objetiva. Precisa ser encarado, antes, como um método que serviu de resposta a uma conjuntura na qual nem mesmo os fatos eram dignos de confiança, sobretudo em função do surgimento das relações públicas e da eficácia da propaganda, verificada já durante a Primeira Guerra. (BAUDRILLARD, 1972).

Ao longo de seu desenvolvimento, o padrão da objetividade, pelo menos em sua versão genuína, vai-se diluindo. Segundo Traquina (1993), alguns fatores acabaram por revelar a debilidade do paradigma. Por um lado, esse desvelamento ocorreu no âmbito da própria prática jornalística, com a evolução dos meios de comunicação, em especial os audiovisuais; com o surgimento do jornalismo interpretativo, posto em prática, principalmente, pelas revistas semanais de informação geral; e com a crescente conscientização profissional do jornalista. Por outro, o público

também ampliou sua capacidade crítica, enquanto os estudos teóricos avançaram na compreensão do intrincado campo jornalístico.

As discussões sobre a questão da objetividade no discurso jornalístico prendem-se sempre à veracidade dos fatos e idéias que a imprensa veicula. Não vamos aqui discutir a não ser a construção linguageira que remete a verdades “de papel”, inseridas em formações discursivas, em ideologias por onde transita a concepção de verdadeiro e de verossímil. Essas verdades instauradas na/pela materialidade discursiva exigem um leitor pressuposto. Nenhuma informação é simplesmente decodificada; ela ganha sentido no (con)texto, isto é, no que vem antes e no que vem depois no enunciado; nas circunstâncias da enunciação, e naquilo que o receptor guarda na memória - o repertório de suas experiências, valores e conhecimentos .

As estratégias para instaurar o leitor iniciam-se na própria configuração física do jornal. Tomamos como nossas as palavras de Beth Brait em um de seus artigos sobre o texto jornalístico:

[...] um objeto descartável (isomórfico ao seu conteúdo, diriam alguns) [...], de fácil manuseio, nem colado, nem grampeado, apenas dobrado para ser manuseado à vontade, mas, ao mesmo tempo, organizado em cadernos temáticos que facilitam a localização dos assuntos. A diagramação, o tamanho das letras, a variabilidade de assuntos, e de tratamento a eles conferido, dão ao leitor a liberdade de transitar (livremente) pelas páginas, saltando o que não lhe agrada e detendo-se no que mais lhe atrai a atenção (BRAIT, 1994/1995, p.19).

Ainda na referida passagem, a autora fala sobre o leitor modelo na sua atividade de (des)construção do texto jornalístico: “implica a idéia de rápida assimilação de informações que, por isso mesmo, serão dosadas de forma a serem ou não aprofundadas, de acordo sempre com as previsões de tempo e interesse desse destinatário” (p.86). Em síntese, os pressupostos colocados para o leitor giram em torno da facilidade e detalhamento de informações, variabilidade e dosagem de assuntos e, conseqüentemente, objetividade, seriedade e respeito à necessidade de conhecimento.

A informação jornalística insere-se, assim, em um quadro complexo, já que parte do pressuposto de que a informação deve reportar-se à realidade - isto é, aos fatos e idéias situados em seu tempo e espaço. No entanto, não há a menor possibilidade de se codificar/decodificar simplesmente a realidade objetiva quando se trata de uma realidade de

palavras, fabricada por enunciadores, cuja leitura envolve percepção, portanto seleção, avaliação, contextualização etc., em que entra a subjetividade do enunciador. Ele é treinado para suprimi-la sempre que possível, mas é fato que um mesmo incidente será descrito com diferentes palavras - ou diferentes ordenações de sentenças - por sujeitos de culturas diferentes, por mais honestos e bem preparados que sejam, já que o percebem de maneira diferente.

Ao tratarmos da edição do texto jornalístico, estamos nos referindo à construção de uma realidade de linguagem a ser atualizada pelo olhar do leitor. Tornar visível é constituir um ato de ser ou de fazer de enunciadores modalizados pelo poder/dever. De acordo com a teoria semiótica, estamos nos referindo a predicados que sobredeterminam outros predicados. A modalização tem o papel de exprimir a posição do enunciador em relação àquilo que diz. (FONTANILLE & ZILBERBERG, 2001). Indica um possível, um duplo sentido das condições do enunciador e da autorização. Assim, a informação editada é o que é possível e o que é legítimo mostrar, mas também o que devemos saber, o que está marcado para ser percebido. Impostos à nossa visão como dêiticos sinalizadores: isto é verdade, isso deve ser visto/sabido, sempre num caráter imperativo.

A leitura, como uma construção a ser feita pelo destinatário, deve prever não apenas o que o jornal espera dele, ou seja, credibilidade, mas a atenção para os efeitos de sentido, para as significações organizadas no plano de expressão.

Para falar sobre o sentido construído pelo jornal, sabemos da necessidade de focalizar a cultura da mídia como um todo. Segundo Baccega (1998, p.22), a complexidade da mídia:

[...] reside exatamente no fato de, construindo significados no território que inclui cada um dos pólos – enunciador/emissor – enunciatário/receptor-, ela exige permanentemente a dialética entre o *já visto* e o *por ver*, ou seja, a *novidade* que responde pelas e alimenta as mudanças contínuas de identidade *versus* estabilidade que cada grupo social busca em sua dinâmica (BACCEGA, 2001, p.22).

A autora chama a atenção para o fator “novidade”. Trata-se aí da notícia cuja finalidade é a de colocar em circulação aquilo que vai nutrir a curiosidade do leitor. Projetada sempre para o “novo”, a notícia jornalística mantém o interesse para um assunto que, mesmo quando se trata de algo

que já faz parte do conhecimento geral, o recurso da novidade da notícia pode ser eficaz na persuasão do leitor, mantendo-o fiel à leitura do veículo de comunicação.

Numa sociedade constituída por relações de poder, supõe-se que, por trás da busca de uma “verdade” imposta por certos gêneros discursivos, está a questão de um sujeito que, se escondendo ou se mostrando, constrói simulacros daquilo que exhibe, dissimula, apaga em qualquer enunciação e que pode vir à luz a partir de reflexões teóricas desenvolvidas pela linguagem, desfazendo qualquer fechamento de sentido.

Lippman (1972, p.149) adverte que “nem mesmo a testemunha ocular traça um quadro ingênuo da cena. Pois a experiência parece mostrar que ela própria traz à cena alguma coisa que dela retira mais tarde e o mais das vezes, o que supõe ser o relato de um acontecimento é, na realidade, uma transfiguração dele”.

A conclusão do autor é que os fatos que vemos dependem não só da posição em que nos encontramos, mas dos hábitos de nossos olhos. Implícita-se aí a questão dos estereótipos, ao se referir ao fato de que vemos a partir da sedimentação de estruturas significantes, condicionadoras de nosso olhar. Nesse sentido, haverá sempre um estado de tensão constante entre o *já visto* depositado na memória cultural e o *por ver*, que traz embutida a idéia das relações entre diferentes momentos: o presente contém o passado e o futuro. Compreende-se, então, que cada uma das enunciações jornalísticas não pode ser vista como independente do imenso corpo das enunciações coletivas que a precederam e a tornam possível.

Como nos postulados de base da semiótica greimasiana, os dizeres nos levam a observar que o texto jornalístico está sendo reconhecido como um produto resultante da construção de um sujeito de linguagem.

A unidade do discurso da imprensa não provém de sua ordem interna, mas da ordem externa da diagramação, quando a escritura dos fatos leva à fragmentação em seqüências curtas e heterogêneas, tão diferentes da escrita literária e política predominante de épocas com exigência de textos longos.

Embora a linguagem verbal escrita apareça como a dominante, a linguagem visual conquista cada vez mais espaço na página, o que obriga o observador a enfrentá-la num sincretismo com o verbal. Dessa maneira, os modos de presença das imagens forçam a um tratamento da produção de sentidos pela junção dessas duas linguagens, a serem articuladas na leitura.

Instalados no espaço do jornal, os textos obedecem a particularidades enquanto gêneros: notícia, reportagem, editorial, entrevista, comentário, nota, resenha, etc, que devem ser percebidos como textos complexos. A linguagem visual - fotografia, ilustrações, disposição na página, etc - faz parte de toda a construção e interfere de forma decisiva não só na seleção e organização dos conteúdos, mas, sobremaneira, na articulação de mecanismos que ajudam a desnudar a aura de objetividade, conduzindo a leitura para o mundo da ambigüidade, da abertura, por onde entra o olhar do leitor.

A conformidade entre o texto da notícia e o fato não representa a adequação entre duas entidades distintas (língua e realidade dos fenômenos), mas enquanto relação entre sujeitos. Tem-se aí a interpretação, um movimento que aciona sujeitos, pressupondo uma relação dada na linguagem, entre o modo de dizer algo presente no mundo e que só aparece na condição de um fato jornalístico. Assim, ontologicamente, existe a possibilidade de o discurso falar de fatos, na medida em que o discurso é uma articulação lingüística, e é somente pela linguagem que os homens se relacionam com o mundo e, conseqüentemente, com os fatos.

Por ter o discurso como principal produto, é no processo de sua produção que se pode (des)estabilizar "conteúdos" condicionados em "embalagens" que simulam não deixar dúvidas quanto ao que carregam. Ora, por se tratar de um acontecimento discursivo, leva-nos à questão do sujeito, instância pressuposta do produtor/receptor que confere à materialidade jornalística a dimensão de palavra em ato, em funcionamento: produção e recepção, escrita, leitura e interpretação. O que se registra numa notícia não é um real existente, mas um processo colocado em andamento por um sujeito, um "eu" de cognição e de paixão. Trata-se, com efeito, de considerar a participação de sujeitos numa correlação entre a significação sensível da experiência perceptiva e a significação igualmente sensível da experiência discursiva.

Uma das questões centrais para a (des)construção do sentido no texto jornalístico é a focalização no processo da leitura. Como construção discursiva, o sujeito receptor é nomeado pelo processo de hierarquização e de funcionamento do contrato de leitura. Ao mesmo tempo em que é construído, tipificado pelo discurso, é também convocado a trabalhar no interior, em conformidade com as regras de um "contrato" estipulado pelo enunciador para interpretação da verdade do discurso.

Pela teoria semiótica, o fazer midiático de todo jornal é persuadir o sujeito para que ele queira ou deva entrar em conjunção com o objeto valor: informações sobre uma dada realidade. Para isso, entra em ação um destinador que manipula um destinatário para que queira entrar em conjunção com os saberes construídos pelo veículo midiático. O leitor do jornal (o destinatário), discursivizado como leitor fiel, entra em consonância com o destinador.

Ao afirmar que a semiótica dispõe de elementos para marcar a subjetividade em termos de uma tensividade fórica, Silva (1995, p.84), no capítulo que trata sobre a construção do sujeito, lança a pergunta “E a objetividade?”. Questionando sobre as maneiras de enfocá-la, se “por uma visada discretizante, desenhando-lhe um perfil mórfico? Ou por uma visada tensivizante [...]”, o autor explica que, à luz da primeira alternativa, “o objeto surgirá como algo estático, assubjetivo e anobjetivo, avalente”. Conclui, então, que optar por tal concepção de objetividade, dentro da visada discretizante, seria “como que dar um passo atrás na história dos estudos da linguagem [...], voltar à orientação prevalente no estruturalismo dos anos 50 e 60, voltar à taxionomia.”

Dentre as questões de cunho teórico postas por Assis (1995) sobre a subjetividade e objetividade, retomamos o questionamento sobre a tensividade fórica, na certeza de ser oportuno transcrever, a seguir, uma passagem em que cita Greimas.

Como o objeto é, de algum modo, o espelho do sujeito, poder-se-ia pensar em projetar esse arcabouço tímico-fórico no objeto? Falando das precondições da significação, Greimas e Fontanille (1991, p.25) dizem que é conveniente imaginar um patamar de ‘pré-sentimento’, o da tensividade fórica, em que se encontrariam, intimamente ligados um ao outro, o sujeito para o mundo e o mundo para o sujeito (p.85).

Com efeito, o mundo que o sujeito determina e dimensiona não se apresenta em sua totalidade. O que ele tem são apenas duas janelas de um olhar. Ainda que a ânsia pela totalidade esteja sempre a dominá-lo, não consegue mais do que captar fragmentos de um todo, que se estende diante do esforço objetivante. O olhar assujeita o indivíduo ao parcial, à particularidade, ao fracionado. Nessa dimensão, o discurso jornalístico não passa da construção de um saber limitado, mesmo no investimento de todo esforço para dar conta de toda a parte que lhe cabe nesse latifúndio da história, parcela real, fundamentada na legitimação da materialidade

jornalística. A coerência, assim, para análise desse discurso deve sustentar-se não por “uma taxionomia de valores” como propõe Assis (idem, p.86), mas por “uma pragmatologia, mais precisamente, por uma ideologia”. O semioticista afirma, ainda, que “nenhum objeto surge *ex nihilo* – ele ocupa um lugar no universo discursivo, que atua como um nicho ideológico, um ambiente, um domínio cultural”. Para tanto, apóia-se no pensamento do filósofo Henry Lefebvre: “construir um espaço é ocupá-lo”.

Desta forma, concluímos que a mídia não é o espelho do mundo, mas construtora de um mundo possível, espaço semiótico privilegiado onde todo e qualquer tipo de imposição arbitrária de representações permite esconder o princípio da dominação que se encontra em sua origem (da ordem da língua, da sociedade).

Na procura da significação da temática da “terra”, sobre a idéia de efeitos de sentido no mundo possível da sociedade agrária brasileira, deixamo-nos conduzir por alguns questionamentos. Onde terminaria ou começaria a relação do que é informação com o universo dos acontecimentos que envolvem o homem e a terra no Pontal do Paranapanema? Qual a dimensão de subjetividade nos dizeres que constroem os enunciados dos objetos semióticos analisados?

No empenho para a focalização que ofereça um direcionamento ao trabalho de organização discursiva do tema da terra no/do texto jornalístico, é que foi empregado o termo subjetividade. A partir da harmonia aparente da objetividade preconizada pela maioria dos gêneros da mídia impressa (notícia, editorial etc.), podemos dizer que a tensão entre o gênero e o fato/acontecimento, e entre estes e a cultura, é o que desencadeia a leitura da terra, que vem sempre determinada pela expressão fórica (euforia/disforia) da instância enunciativa.

As primeiras páginas dos jornais, normalmente, instalam/criam lugares de leitura, organizando os discursos nos espaços reservados nas páginas como um todo de sentido, podendo ser vistas em seu papel fundamental na organização do olhar do leitor. Mesmo que analisadas em partes (manchete, subtítulos, sobretítulos, imagens etc.), articulam-se num conjunto. Sob essa perspectiva, assim como os gêneros, podemos considerar a relevância desse primeiro espaço jornalístico, lugar para examinar a manipulação do leitor, conduzindo-o à percepção de imagens acerca das questões agrárias, do ponto de vista político, econômico e social da instância enunciativa.

Leitura de uma primeira página do jornal *O Imparcial*.



Figura 1 – *O Imparcial* – 30/03/2002

Na primeira página acima reproduzida, como a comandar o olhar do leitor, dois textos, à direita se juntam em torno da manchete *Fazendeiros se armam....* Como moldura, evocam o cenário de violência no Pontal. Sem marcas de presença do enunciador, constrói-se o tecido da isotopia desse tema e também o papel temático dos sujeitos envolvidos no processo da enunciação do texto.

Ao nos referirmos a “comando”, admitimos a manipulação de um sujeito que realiza um fazer persuasivo sobre o outro que deve reconhecer como dizeres verdadeiros: “Fazendeiros se armam no Pontal” e “Guerrilha colombiana dá assessoria política a lideranças do MST”. Em se tratando de interação comunicativa, enunciador e leitor devem pertencer, ambos, ao

mesmo universo axiológico, compartilhando as mesmas crenças e os mesmos valores sociais. Nessa paridade ideológica, deve haver assim uma concordância quanto à sanção para as ações dos fazendeiros. O leitor deve ser conduzido para crer que os fazendeiros se armam porque existe motivo para isso.

Em seu papel de destinador-manipulador, responsável pelos valores do discurso e capaz de levar seu interlocutor (o leitor da notícia) à crença da suposta “verdade” sobre os fatos, constrói uma isotopia da ação disfórica para inserir o ator “fazendeiros”. Actantes do percurso narrativo da luta pela terra, não há como negar a dimensão polêmica dessa narrativa. Na disputa pelo mesmo objeto-valor (a terra), comparecem “os fazendeiros” e “os sem-terra”. Há um episódio que envolve os atores enunciados “fazendeiros do Pontal” (“Na segunda feira, os sem-terra ocuparam uma fazenda em Teodoro Sampaio”). Atualizam-se, nesse percurso, “os fazendeiros”, no papel de sujeitos que estão sendo apartados de seu objeto-valor (a terra) pelos atores “sem-terra”, que desempenham a função de anti-sujeito. Função perturbadora na sociedade do Pontal, referenda a construção de uma isotopia temática da violência. Quanto mais se configura a presença do anti-sujeito, mais se configura o efeito de descontinuidade entre os actantes (fazendeiros e sem-terra) que participam dos percursos da busca pela terra.

Ao considerar os fatos em *Fazendeiros se armam no Pontal*, não se pode fazer nenhuma leitura que leve a sancionar negativamente os fazendeiros por sua ação de se armarem. Os dizeres não parecem deixar dúvida sobre a performance dos donos da terra cujo agir pela violência se justificaria. Mas, se considerarmos que pode haver brecha para o leitor lançar um outro olhar, que não coincida com o que se constrói enunciativamente, poderia ser levado à reprovação dessas ações, sancionando os fazendeiros negativamente.

Para que não ocorra essa possibilidade, é preciso construir o praxema estereotipado do anti-sujeito criminoso. Ao se acrescentar ao primeiro texto que segue à manchete e aos dizeres do subtítulo o texto *Guerrilha colombiana dá assessoria política a lideranças do MST*, o sujeito enunciativo referenda os efeitos de sentido disfóricos (“invasões”, “ameaça”, “roubo”, “crime”) disseminados no espaço que ocupa toda a metade direita da página. Associado às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), cria-se a isotopia da violência, do ativismo político da ilegalidade, da desordem

social. O nome "guerrilha" assegura tal isotopia em um quadro axiológico de julgamento que aponta para o perigo dos atentados, das revoltas populares, da subversão da ordem social. Materializa-se o discurso que endereça os semi-terra à condição da ameaça terrível para a sociedade, especialmente a do Pontal, na contraposição à dos fazendeiros. É direito dos donos da terra se protegerem contra aqueles que podem trazer a insegurança, a instabilidade da paz social. Nesse caso, o armamento dos proprietários rurais se justifica, visando ao combate do anti-sujeito (os semi-terra).

Considerando a manchete *Fazendeiros se armam no Pontal*, configura-se aí a presença do ator "fazendeiros". No plano do narrado temos um sujeito que se define por ter sua complementação sintática conduzida pelo predicado "se armam". Assim temos um sujeito que está em conjunção com o objeto valor (arma). Do ponto de vista semiótico, se o sujeito tem a posse de algo é porque quis ou, pelo menos, achou que devia. Além do querer e do dever, que já respondem por uma fase, origem dessa ação, está o respaldo de toda a competência de sujeitos que dispõem do poder para tanto. Assim, os fazendeiros quiseram se armar, pois supõe-se que deviam fazê-lo e, ocupando um lugar hierarquicamente superior ("os proprietários de terras da região"), têm poder para isso. Pela ação de se armarem, consubstanciam-se as condições para um fazer, assegurado pela posse do objeto "armas": eles tornam-se competentes para a ação da defesa da terra. E é nessa competência que está a origem do desenvolvimento das outras fases desencadeadoras da narrativa do conflito no Pontal. Ao se considerar legítima a posse das armas, institui-se simultaneamente um modelo narrativo que prevê a atividade de um sujeito que responde a injunções sociais pertencentes à ordem de onde emanam forças e influências de poderes preestabelecidos. De natureza cultural, trata-se de um plano axiológico representativo de um sistema de valores que impulsiona a ação de confronto, a que muitos outros textos das publicações de 2002, das duas empresas jornalísticas em questão, tratam como "verdadeiro clima de 'guerra'".

A articulação das figuras que sedimentam o discurso da disputa pela terra tanto pode ser pensada como uma rede de relações que dão suporte e organizam a ideologia que a enunciação quer transmitir, ou impor, como pode levar a imaginar algum recorte na organização dessa visão de mundo. Trata-se de articular a figurativização ("Fazendeiros se armam no Pontal")

a partir da suposição de um “abalo provocado pela intervenção do sujeito individual”, em que “novas figuras sensíveis que dão conta da perturbação sofrida pelos valores estabelecidos e pela vibração das valências vão sendo assimiladas”, [...] “segundo um gradiente de variação de intensidade”. (BERTRAND, 1996).

Ao desencadear a intervenção dos leitores, enquanto poderes constituídos na sociedade, lançando a dúvida quanto à confiabilidade dos valores convocados em discurso na página, observam-se a perturbação sofrida pelos valores fixos e a vibração das valências sobre os valores sociais.

Como construção discursiva capaz de provocar a adesão ou não do leitor, as figuras que manifestam a ideologia dos proprietários rurais (“Guerrilha colombiana dá assessoria política a lideranças do MST”, “Fazendeiros se armam no Pontal”) podem passar a ser vistas não a partir da analogia posta no texto. Assim, “a identidade da relação que reúne dois ou mais pares de termos” (GREIMAS & COURTÉS, [1985], p.20), de modo a articular os sentidos que estabelecem a necessidade das ações violentas dos fazendeiros em decorrência das ações dos sem terra, pode ser desestabilizada.

Nesse discurso dito “sem narrador”, o papel do enunciador é o de realizar um fazer interpretativo: um fazer-saber. Como grande responsável pela discursivização dos fatos que o leitor deve-saber, busca razões para justificar o enunciado *Os fazendeiros do Pontal se armam*, na organização do fio condutor de dizeres, implícitos a uma voz que soa para instaurar um ponto de vista diante do tema.

Sabemos que, para analisar a dimensão persuasiva desse discurso construído na página, devemos levar em conta os traços que permitem reconhecer que, na sua organização, subjaz um sujeito modalizado (movido pelo querer) pelo desejo de reforçar a imagem negativa dos anti-sujeitos (sem-terra), cujo fazer é visto como ilegal, visando a convalidar a ação dos fazendeiros. A seleção e a organização dos dados enunciados na página permitem-nos observar a construção da posição do jornal sobre esses dizeres, que tendem para a ilusão de ausência de um responsável por eles. Ao valer-se de um discurso em terceira pessoa, o enunciador distancia-se de seu dizer, obtendo com isso o efeito de sentido de objetividade. Referenda no segundo texto as regularidades das “escolhas” enunciativas, em que se expõe a restrição da legalidade aos sem-terra. Subjaz na página a categoria semântica fundamental (legalidade e ilegalidade) que orienta o

discurso da violência na luta pela terra. De um lado, os donos da terra, legalmente reconhecidos em seu direito de lutar por ela; do outro, os que devem ser impedidos disso. Assim, o percurso temático e figurativo é o lugar da determinação sócio-histórica do reconhecimento mútuo entre enunciador e enunciatário de que os integrantes do MST devem ser lidos como anti-sujeitos. As figuras relacionadas à contravenção da Colômbia concretizam o tema da subversão à ordem. Efetiva-se a manipulação do leitor, subtraindo qualquer possibilidade de leitura de uma imagem positiva dos sem-terra, qualquer possibilidade de serem considerados vítimas de uma ordem social nutrida pelo poder do dono da propriedade rural. A eles delega-se o poder-fazer – o de se armarem. Responsável pela interpretação do relato, o enunciatário leitor é levado a reconstruir o discurso que cria o efeito de verdade de que o fazendeiro deve responder pela ordem na sociedade e que, para isso, pode fazer uso da força, armando-se.

No texto que vem logo abaixo da manchete “Fazendeiros se armam no Pontal”, observamos se havia possibilidade de contrariar o projeto enunciativo, na tentativa de flagrar, no interior do enunciado, uma brecha onde fosse permitido ao leitor lançar um outro olhar sobre o discurso da violência no Pontal. Constatamos que, ocorrendo essa possibilidade, haveria uma descontinuidade no processo enunciativo, resultando numa ruptura de um contrato cujos dizeres devem ser assumidos como “verdadeiros”. O deslizamento do leitor teria como consequência a descontinuidade no percurso de leitura construído. Logo, para que não haja tal brecha, do ponto de vista da semiótica, a estratégia é acionar os recursos enunciativos. Construídos para seduzir o leitor, o sujeito enunciador, na eficácia de seu fazer (determinar a leitura do tema), postula a adequação do saber e do ver como condição da verdade do discurso efetuado, buscando a persuasão para que se aceite o ponto de vista de que o fazendeiro deve agir com violência.

Não se tratando apenas de uma primeira página, mas considerando todo um imaginário cultural, ou seja, todo o arquivo de linguagens disponíveis na cultura sobre a luta pela terra desde que entrou em cena o MST, não há como fugir da imagem desfavorável que se cria sobre o percurso desse sujeito coletivo. Esse modelo de percurso narrativo em que os sem-terra são sempre os anti-sujeitos é sempre reatualizado nos discursos da mídia. Assim, nessa página de *O Imparcial* de 30 de março de 2002 essa reatualização nada mais é do que uma estratégia de persuasão dos leitores

para que concordem com o que aí se enuncia, numa cumplicidade com o enunciador, que não pode permitir desdobramento da leitura e, conseqüentemente, do sentido. Nesse contexto, a aprovação do uso das armas é reiterado e intensificado pelos sujeitos da enunciação jornalística. Assumem a identificação com os sujeitos da narrativa da terra no Pontal do Paranapanema, em concordância com os fazendeiros e condenação dos sem-terra, numa justabilidade de crença contratual postulada semioticamente.

Com efeito, ao dizer que os fazendeiros estão “preocupados”, o enunciador jornalístico se deixa ver no enunciado. É um sujeito que, deslizando-se da imagem da objetividade dos fatos pela qual deveria se deixar conduzir, revela o seu parecer sobre os fazendeiros. Faz um julgamento da questão, em que se admite o armamento como meio de defesa.

Transbordam por todo o texto os efeitos passionais do medo, modalizadores das ações dos fazendeiros, mostrando como a exacerbação desse sentimento faz com que o objeto desejável (a terra) torne os sujeitos desejantes, levando às últimas conseqüências a sua competência. Parte dessa condição é assegurada por seu poder de instituir a imagem do anti-sujeito como perigo iminente. De natureza que transcende o campo de expectativas do fazendeiro, ele goza de prestígios sociais que, conseqüentemente, resultam na permissão para agir fora do sistema de valores éticos (o impedimento para o cidadão armar-se).

Muitos são os textos que poderíamos trazer como exemplo para levar o leitor a vislumbrar a construção da intensidade da insegurança que cria o clima de tensão, acionadora de sentimentos, de onde se pode inferir raiva, insegurança, intranqüilidade, medo etc.

Constatamos a evidência de que a imagem disfórica do ator (sem-terra) chega ao hiperbólico, uma espécie de representação arquetípica do papel temático estereotipado do mal que emana de todo o cenário da luta pela terra no Brasil, transcendendo a questão pontual e tão antiga do Paranapanema. Para isso, os recursos da linguagem visual da mídia impressa regional são bastante favoráveis. Em se tratando de primeiras páginas (fotos, gráficos, cores, diagramação), há uma riqueza para o acionamento dessas reatualizações de sentidos. Os investimentos figurativos, ancorados à realidade factual, constroem mecanismos mobilizadores para levar qualquer leitor a crer na veracidade das imagens construídas.

The biased views of printed media: the land issue at *Pontal do Paranapanema*.

■ **ABSTRACT:** *This paper is the result of a more detailed study of how meaning is constructed in two newspapers of the Pontal do Paranapanema region, throughout 2002, as far as land is concerned. Using principles of French Semiotics as a theoretical foundation, it first deals with the building blocks of journalistic discourse and, later, puts forward an analysis of the front page of O Imparcial of March 30, 2002.*

■ **KEYWORDS:** *Discourse. Enunciation. Ideology. Objectivity. Meaning. Subjectivity.*

Referências

BACCEGA, M.A. **Comunicação e linguagem: discursos e ciência.** São Paulo: Moderna, 1998.

BAUDRILLARD, J. **Para uma crítica da economia política do signo.** Lisboa, Ed.70, São Paulo, Martins Fontes, 1972.

BARROS, D.L. P. **Teoria do discurso.** São Paulo: Atual, 1988.

BERTRAND, D. **Caminhos da semiótica literária.** Trad. Grupo CASA. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BRAIT, B. A construção do sentido: um exemplo fotográfico persuasivo. **Língua e Literatura.** São Paulo: n.21, p.19-27, 1994/1995.

BRITO-SILVA, M.A. **A terra (des)construída na mídia impressa do Pontal do Paranapanema.** Araraquara, SP, 2006. 198p. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista.

DISCINI, N. **O estilo nos textos.** História em quadrinhos, mídia, literatura. São Paulo: Contexto, 2003.

FONTANILLE, J. & ZILBERBERG, C. **Tensão e Significação.** Trad. I. C. Lopes, L. Tatit & W. Beividas. São Paulo: Discurso Editorial e Humanitas/

FFLCH/USP, 2001.

GREIMAS, A.J. & COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. Trad. Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix, [1985]

LIPPMANN, W. A natureza da notícia. *In*: STEINBERG, C.S. (Org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1972

MOUILLAUD, M. O sistema das citações. *In*: PORTO, S.D. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SILVA, I.A. **Figurativização e metamorfose: o mito de Narciso**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.